

PREFÁCIO

A Constituição Federal de 1988 proporcionou diversos avanços no âmbito dos direitos fundamentais e da democracia. Muito se caminhou nos últimos anos em termos de implantação e consolidação de instituições democráticas e em termos de realização de direitos e reconhecimento de normatividade plena da Constituição, inclusive com possibilidade de judicialização de direitos sociais prestacionais.

Apesar disso há ainda, no Brasil, um elevado grau de exclusão social, que aparece no cenário internacional como um dos países mais desiguais do planeta. Em números aproximados, os 20% mais pobres apropriam-se de apenas 2,8% da renda nacional, enquanto os 20% mais ricos detém 61,1% dessa renda. É incontestável, ademais, a existência ainda de uma forte cultura de discriminação racial: 2/3 da população pobre é negra e a metade vive abaixo da linha da pobreza; apenas 6,6% dos jovens negros frequentavam a universidade antes do sistema de quotas e os negros ganham, em média, metade dos rendimentos auferidos pelos brancos. Desigualdade de gênero ainda persiste. Apenas para citar um exemplo, entre funcionários de nível executivo, apenas 11,5% deles é ocupado por mulheres e homens recebem em média 66,3% mais que as mulheres. O sexismo ainda impera.

Dos dados apontados, portanto, é fácil concluir que aquilo que é considerado como "avanço" é apenas algo muito relativo. A normatividade (ou quiçá, a realização) integral dos direitos fundamentais ainda não "chegou para todos". Não é o caso de se entoar, por isso, canções cétricas, daquelas que declaram que a Constituição é "bonita no papel", mas a realidade é diferente. Mas é o caso, sim, de entoar a canção crítica, que percebe os avanços mas não perde a capacidade de desconfiar.

Muito caminho há pela frente. O quadro social brasileiro desafia soluções, no campo judicial e no campo das políticas públicas, que permitam a emergência de um Estado e de uma comunidade que possam alcançar desenvolvimento nacional numa perspectiva que transcenda a ideia de crescimento econômico. E nesta linha, vem insistindo Amartya Sen, não há desenvolvimento sem que haja a garantia de realização de níveis mínimos de educação, igualdade, dignidade, acesso a serviços públicos básicos (água, energia elétrica, saneamento e transportes, por exemplo).

É neste contexto, então, que se mostra de extrema importância o livro que ora é trazido ao conhecimento do grande público. Trata-se de coletânea de artigos produzidos no âmbito de pesquisas desenvolvidas em diversos programas de mestrado e doutorado do Brasil, integrantes do Sistema CAPES. Todos foram aprovados através de análise garantida pelo *double blind review* e, após, defendidos e avaliados, perante mesa composta pelos Professores Doutores Narciso Leandro Xavier Baez (UNOESC), Paulo Ricardo Schier (UniBrasil) e Ruy Tucunduva (UNINOVE) no decorrer do XXIII

Encontro Nacional do CONPEDI/UFSC, realizado em Florianópolis entre os dias 30 de Abril e de 02 de Maio de 2014. A temática geral do painel girava em torno dos mecanismos de efetividade dos direitos fundamentais e os trabalhos aprovados, em versão final, estão reunidos no presente volume, que vem organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo traz os trabalhos diretamente vinculados ao estudo dos mecanismos jurisdicionais de efetividade dos direitos fundamentais. Nele são abordados temas que discutem o processo judicial como meio de garantir eficácia social das normas constitucionais trabalhistas, a função secundária do Poder Judiciário na efetivação dos direitos e garantias constitucionais, a análise do papel da defensoria pública no atendimento aos necessitados, a questão da ofensa reflexa à Constituição Federal como jurisprudência auto defensiva do Supremo Tribunal Federal, a eficácia da ação direta interventiva como meio de proteção dos direitos da pessoa humana, a legitimidade para agir nas ações coletivas em questões constitucionais envolvendo direitos fundamentais de natureza difusa, os limites das soluções consensuais no campo dos direitos trabalhistas, o papel constitucional da ação popular, desapropriação agrária do imóvel rural produtivo em função da exploração do trabalho análogo ao de escravo e o alcance prático do usucapião coletivo.

O capítulo 2, por sua vez, comporta temas que abordam, de forma mais específica, vinculados com os mecanismos de realização da dignidade humana, tais como o conflito entre as funções defensiva e prestacional do estado para promoção da dignidade da pessoa humana, as normas constitucionais de eficácia limitada e a posição concretista geral intermediária, a legitimidade ativa ampla da arguição de descumprimento de preceito fundamental, igualdade, dignidade e efetividade por meio das ações afirmativas: solução para o igualitarismo, princípios constitucionais: a efetivação de direitos fundamentais da família homoafetiva, o casamento entre pessoas do mesmo sexo diante das análises da adi 4.277/09 e da adpf 132/08 e a eficácia das ações judiciais que envolvam medicamentos em face da reserva do possível em situações que envolvam fornecimento de medicamentos após período de teste.

Finalmente o último capítulo é dedicado aos mecanismos políticos e sociais na efetividades dos direitos fundamentais, ou seja, o papel das políticas públicas. Neste contexto vislumbra-se temas que debatem as garantias dos direitos fundamentais no novo constitucionalismo latino-americano, desafios da ciência especializada: releitura dos direitos fundamentais no contexto interdisciplinar, incorporação de direitos humanos na ordem jurídica interna: leading cases para uma reconstrução teórica, princípio da participação e audiências públicas: um enfoque no direito comparado, direitos humanos do estrangeiro em trânsito uma perspectiva entre a soberania e os direitos humanos do estrangeiro em trânsito, novo constitucionalismo latino-americano: o pluralismo jurídico e a perspectiva intercultural dos direitos humanos, o ponto cego prático no debate sobre a litigância de direitos sócio-econômicos no brasil: uma abordagem analítica sobre os impactos do caso raposa serra do sol além da sala do tribunal.

O livro, como se nota, traz importantes contribuições para o desenvolvimento e realização dos direitos fundamentais no país, denotando que as pesquisas realizadas no plano da pós-graduação stricto sensu tem, cada vez mais, mostrado seu comprometimento com a sociedade.

Prof. Dr. Narciso Leandro Xavier Baez
Prof. Dr. Ruy Cardozo de Mello Tucunduva Sobrinho
Prof. Dr. Paulo Ricardo Schier